

A escolha é: reformas ou desvalorização

PROPOSTAS DE LULA E DE FHC BASEIAM-SE EM TESES QUE COMPREENDEM DE MODO DIFERENTE A REALIDADE DO PAÍS

CARLOS ALBERTO SARDENBERG

Como a eleição presidencial está polarizada entre Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, convém comparar as propostas econômicas que acompanham as duas candidaturas.

A proposta FHC sustenta que as principais fragilidades do País estão no setor público (deficitário e ineficiente) e no "custo Brasil", o conjunto de fatores que atrapalham a competitividade da economia brasileira.

A parte principal do déficit público está na Previdência, incluindo aqui o INSS e o regime dos funcionários públicos. Esse déficit já passa dos R\$ 50 bilhões anuais e não pode ser corrigido por aumentos de receita, pois é estrutural, do modelo.

Assim, é preciso uma reforma que mude a Previdência (ou ao menos parte dela) para o regime de capitalização, além da criação de fundos (com recursos das privatizações) para financiar as aposentadorias dos servidores que já têm direito ao benefício.

Além disso, pela proposta FHC, o governo deve privatizar o máximo possível. O Estado, submetido ainda a uma reforma administrativa, deve concentrar-se na área social, especialmente educação de primeiro e segundo grau, saúde e assistência direta aos mais pobres.

A privatização serve tanto para abater dívida pública, neste momento de transição, como para dar mais eficiência à economia, supondo-se que a iniciativa privada produz melhor que o governo.

A idéia é que, feitas as reformas do setor público, o governo alcançará equilíbrio fiscal, tendo superávits em vez de déficits. Os superávits servirão, então, para amortizar a dívida pública, entrando num círculo virtuoso.

Assim, os R\$ 60 bilhões que o setor público todo ano toma emprestado, até mesmo de capitais externos, ficariam no setor privado, que teria o papel de investir. Hoje, o setor privado local poupa e encolhe para financiar o governo. A idéia é inverter a relação: o governo poupa e o setor privado gasta, em investimentos e consumo.

Eliminado o grande obstáculo do setor público, avançadas as reformas para eliminar o "custo Brasil", incluindo o da legislação trabalhista, a proposta FHC su-

põe que a economia brasileira ganha competitividade e eficiência. Vai produzir mais, exportar mais, podendo assim equilibrar o comércio externo e financiar importações e demais contas externas – hoje financiadas basicamente com dinheiro emprestado.

Em resumo, a tese FHC diz que há déficit nas contas externas porque há antes um déficit nas contas públicas. O equilíbrio fiscal seria a condição básica para o País acomodar-se à globalização.

Por isso, nessa tese, não há necessidade de desvalorizar o real além dessa desvalorização a contagotas que vem sendo feita pelo

Banco Central (0,6% ao mês). Ao contrário, o real firme é condição básica, pois garante a inflação muito baixa.

Proposta Lula – Na tese das esquer-

das, o problema começa no setor externo: a adesão à globalização, com sobrevalorização do real e abertura às importações, expôs a economia local a uma competição impossível. Nessas condições, as importações tendem a crescer aceleradamente, assim como déficits em outras contas externas, como a de turismo. Para cobrir esse buraco nas contas externas, o governo precisa atrair capitais, aos quais oferece juros elevadíssimos.

Esses juros, segue a proposta Lula, matam a empresa local e desequilibram as contas do governo, pois este paga juros cada vez mais elevados sobre sua dívida. É a tal armadilha "câmbio/juros" – real valorizado/juros elevados.

Para desmontar a armadilha é preciso começar por uma substancial desvalorização do real. Lula não diz isso com todas as letras. Mas o programa sustenta que "o" problema está no real valorizado e na abertura. Logo...

Nenhum economista da frente das esquerdas escreveu sobre o tamanho da desvalorização, mas, pela lógica econômica, tem de ser algo na faixa dos 20%, pelo menos, porque esse é o nível necessário para produzir impacto imediato no comércio externo.

Economistas ligados ao PT dizem que é possível fazer a desvalorização ordenadamente. E sugerem que o aumento da inflação provocado pela desvalorização – por encarecer tudo que é importado – deve ser tolerado. Seria o preço a pagar pela recuperação da indústria nacional.

A desvalorização seria acompanhada por outros tipos de proteção às empresas locais. O elenco é

conhecido: impostos de importação mais elevados e barreiras para diversos produtos. É outro fator de aumento de preços internos, mas de novo trata-se do custo para desenvolver a indústria local e criar empregos. O modelo se completa com pesados investimentos estatais nas chamadas áreas estratégicas.

Obviamente, para esta tese, não há problema estrutural nas contas públicas, nem mesmo na Previdência. A frente de esquerda propõe aumento de alguns impostos, eliminação de outros e acredita que, com o crescimento da economia, haverá mais arrecadação – e isso resolve a questão das contas públicas.

Prós e contras FHC – A proposta FHC é de realização complexa. Objetiva mudanças profundas na estrutura do Estado, na sociedade e no setor privado, este forçado a modernizar-se – ou morrer.

Esse tipo de mudança atinge privilégios e interesses estabelecidos, tanto no setor público (as altas aposentadorias, por exemplo) quanto no privado (as empresas que viviam protegidas). Esses interesses reagem, bloqueiam, atrasam as reformas.

Enquanto não se completam as reformas, a economia segue num equilíbrio precário, vulnerável a crises externas, pois o País precisa dos capitais de fora para fechar suas contas nessa transição. As privatizações pagam parte da conta. Mas, quando acabar o estoque a privatizar, se as reformas fiscais não tiverem sido feitas, a instabilidade será ainda maior.

Na transição, o País cresce pouco. Se se acelera o crescimento e, pois a demanda interna, aumentam muito as importações antes das exportações. Isso eleva a dependência de capitais externos, voláteis nesse momento. Crescimento limitado significa desemprego mais elevado e renda menor. Ou seja, a transição é politicamente difícil.

A peça de resistência de FHC é a inflação no chão, um fato ao qual a população continua atribuindo enorme valor. A variável de sucesso é Fernando Henrique conseguir renovada força política, até mesmo no Congresso, para avançar com as reformas.

Em resumo, é um jogo difícil. Dando certo, muda a cara do País. Funcionando parcialmente – se ficar no que já se fez –, o País estará condenado a um crescimento lento.

Prós e contras Lula – Uma forte desvalorização do real com

certeza levará a um rápido surto de crescimento. As exportações crescerão e a indústria local, protegida das importações, terá mais mercado e, sobretudo, venderá a preço melhor.

O problema está nos possíveis efeitos colaterais: a volta da inflação e o aumento do endividamento do governo e das empresas que tomaram empréstimos em dólar.

A alta de preços determinada pela desvalorização e por barreiras à importação significa uma perda de poder aquisitivo dos salários. Se essa perda for absorvida pelos trabalhadores – isto é, se os trabalhadores aceitarem perder salário em troca de mais emprego –, não haverá maiores problemas.

O problema é: os assalariados aceitarão manter salários estáveis com inflação de 20% a 25% ao ano? Isso num governo comprometido com a CUT?

Se, ao contrário, voltar às famosas políticas salariais – de reajustes gerais, conforme a inflação passada –, estarão restabelecidas a indexação e a inflação crônica. Problema adicional: faz parte do programa do PT a meta de dobrar o salário mínimo e aumentar os salários mais baixos.

Há uma outra dificuldade, anterior a essa: como fazer uma desvalorização organizada, na medida justa? Já houve casos de desvalorizações mais ou menos controladas em países de sólida tradição de estabilidade. Mas não em países emergentes. Nestes, começa-se tentando desvalorizar 15% e o mercado leva a coisa para 100%, como no México, ou até mais que isso, como na Ásia.

Finalmente, a proposta Lula deve algo mais elaborado sobre o setor público. Do que já se conhece do programa, há muita proposta de aumento do gasto público e quase nada de receita. Mais: Lula tem dito que vai cortar alguns impostos, como a CPMF, e suspender privatizações, importantes fontes de receita.

Em resumo, a proposta Lula, pela lógica econômica, tem de basear-se em duas variáveis – desvalorização e aumento do gasto público – que ficam no fio da navalha. Se for possível aplicá-las ordenadamente por aí, o País volta a crescer rapidamente, com a inflação dando um salto e parando aí. Mas, se der errado, é um enorme desastre: volta a inflação alta, ascendente, com toda a desorganização que a acompanha. Os precedentes históricos não são favoráveis à proposta Lula.